

PROCESSO - N. F. Nº 128984.0469/22-5
NOTIFICADO - FELPE DISTRIBUIDORA EIRELI
NOTIFICANTE - RUI ALVES DE AMORIM
ORIGEM - DAT SUL / IFMT SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 01/11/2022

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACORDÃO JJF Nº 0191-03/22NF-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS DESTINADAS A COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE RECOLHIMENTO DO IMPOSTO. O contribuinte que não se encontrava credenciado (benefício fiscal para realizar o recolhimento do imposto, após a entrada da mercadoria em seu estabelecimento) deve adimplir a obrigação de recolhimento do ICMS antecipação parcial, na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, na entrada do território deste Estado. Notificação Fiscal **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A presente Notificação Fiscal foi lavrada em 04/04/2022, e exige crédito tributário no valor de R\$ 3.431,69, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS referente a antecipação tributária parcial, em aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a comercialização, antes da entrada no território deste Estado, cuja inscrição encontra-se na situação descredenciado, por não atender aos requisitos previstos na legislação, conforme DANFs 344517 e 344518 e Termo de Ocorrência Fiscal nº 129483.1131/22-1, no mês de abril 2022. (Infração 054.005.008).

O notificado impugna o lançamento fiscal fl.15/16. Após repetir a acusação que lhe foi imputada e o respectivo enquadramento legal, diz que vem, tempestivamente, pleitear a anulação parcial da presente notificação fiscal, pelos motivos que passa a expor.

Afirma que foi lavrada esta exigência fiscal, com fundamento “Aquisição interestadual de mercadorias tributadas procedentes de outra unidade Federada e destinadas a comercialização por contribuinte do Estado da Bahia, cuja inscrição encontra-se na situação de “descredenciado”, conforme DANFs nº. 344517 e 344518.

Não obstante, aduz que não tomou conhecimento do seu descredenciamento até ser notificada e efetuou o pagamento do referido imposto (ICMS antecipação parcial total), normalmente em 25/04/2022, conforme DAE's no valor de R\$ 2.048,01 e R\$ 1.548,35 e comprovantes de quitação em anexo.

Diante do exposto, solicita o reconhecimento do pagamento e que seja calculada a diferença com a devida redução legal com o respectivo encaminhamento, para que possa efetuar o pagamento e sanar definitivamente esta pendência.

Ratifica o pedido supra, no sentido de anular parcialmente e arquivar a notificação fiscal em questão, após o pagamento da diferença solicitada.

VOTO

A presente Notificação Fiscal impõe exigência de crédito tributário, no valor de R\$ 3.431,69, em decorrência da falta de recolhimento do ICMS referente a antecipação tributária parcial, em aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a comercialização, antes da entrada no território deste Estado, cuja inscrição encontra-se na situação descredenciado, por não atender aos requisitos previstos na legislação, conforme DANFs 344517 e 344518 e Termo de Ocorrência Fiscal nº 129483.1131/22-1, no mês de abril 2022. (Infração 054.005.008).

Não foi identificada qualquer violação ao princípio da legalidade ou do devido processo legal, tendo sido observada a garantia à ampla defesa e ao contraditório, visivelmente caracterizados

nos aspectos abordados na impugnação, que inclusive adentrou ao mérito demonstrando perfeito conhecimento sobre do que foi acusado. Portanto, o lançamento de ofício e o processo administrativo fiscal dele decorrente, não estão incursos em quaisquer das hipóteses previstas no artigo 18 do RPAF/BA, para se decretar a nulidade da autuação.

Sobre a matéria em apreciação, encontra-se estabelecida no art.332, inciso III, alínea “b” do RICMS/Ba, que para melhor esclarecimento reproduzo:

Art. 332. O recolhimento do ICMS será feito:

(. . .)

III - antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação ou do exterior, observado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo:

(. . .)

b) não enquadradas no regime de substituição tributária e destinadas à comercialização, relativamente à antecipação parcial do ICMS;

Da leitura do dispositivo regulamentar transcrito, dúvidas não há, que o momento para adimplemento da obrigação aqui discutida, se deu na entrada da fronteira do território baiano. Para exato cumprimento da obrigação tributária, o contribuinte ao adentrar no Estado da Bahia, deveria dar trânsito às mercadorias com o DAE de recolhimento do ICMS antecipação parcial pago, o que não ocorreu e por isso foi autuado.

O defendente alegou não ter tomado conhecimento do seu descredenciamento, por isso realizou o recolhimento no 25º dia seguinte a entrada em seu estabelecimento. Apensou os documentos comprobatórios do pagamento do referido imposto fls. 17/18.

Por fim, o defendente solicitou o reconhecimento do pagamento que realizou e pediu que fosse calculada a diferença com a devida redução legal e o respectivo encaminhamento, para que possa efetuar o pagamento e sanar definitivamente esta pendência.

Observe que ao tomar ciência do lançamento fiscal, o Notificado reconheceu que houve descumprimento da obrigação tributária nos termos expostos na Notificação Fiscal reconhecendo o valor devido e pondo fim à lide.

Assim, como o lançamento fiscal foi realizado no dia 04/04/2022, e o Notificado realizou o recolhimento do imposto de forma intempestiva, no dia 25/04/2022, é excluída a espontaneidade, conforme art.98 do RPAF/99, sendo devido a multa e os acréscimos moratórios exigidos, devendo ser compensado o valor recolhido quando da quitação da presente Notificação.

Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a Notificação Fiscal, devendo ser homologados os valores recolhidos.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº **128984.0469/22-5**, lavrada contra **FELPE DISTRIBUIDORA EIRELI.**, devendo ser intimado o notificado, para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 3.431,69**, acrescido da multa de 60%, prevista no inciso II, alínea “d”, do art. 42 da Lei 7.014/96 e dos acréscimos legais, devendo ser homologados os valores recolhidos.

Sala virtual das Sessões do CONSEF, 10 de outubro de 2022.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

ALEXANDRINA NATÁLIA BISPO DOS SANTOS – RELATORA

JOSÉ FRANKLIN FONTES REIS — JULGADOR